



Rua Barão de Maceió, 346 – CEP: 57.020-360 – Centro – Maceió – Alagoas – Brasil - Fone: +55 (82) 2123-6989 – +55 (82) 2123-6410
E-mail: joao.controladoria@santacasademaceio.com.br - CNPJ: 12.307.187/0001-50 – Inscrição Municipal: 900077230



MENSAGEM DO PROVEDOR

A Santa Casa de Misericórdia de Maceió, cumprindo disposições estatutárias, submete à apreciação da sua Irmandade, das autoridades constituídas e da sociedade alagoana o seu Relatório Anual e Demonstrativo Econômico-Financeiro do ano de 2024.

Seguindo os princípios da beneficência e filantropia, realizamos, em 2024, milhares de consultas, exames, tratamentos e internações, tais como:

265,7 mil

consultas e tratamentos, nas várias especialidades, sendo:



84,6 mil

atendimentos de urgências e emergências, sendo:



Mesmo com todas as dificuldades, o ano de 2024 nos proporcionou momentos gratificantes, com a disponibilidade e dedicação de todos os nossos profissionais, desde os que fazem as equipes multiprofissionais até aos colaboradores mais humildes. O corpo diretivo da Instituição tem estado sempre presente em todos esses momentos difíceis, junto ao nosso corpo clínico e colaboradores. Apesar das dificuldades financeiras enfrentadas – principalmente, por atrasos, significativos, para recebermos os valores da produção dos serviços prestados e contratados –, temos conseguido dar continuidade à assistência em todas as áreas e permanecemos, sem solução de continuidade, com as atividades da assistência, do ensino e da pesquisa, além dos muitos investimentos que continuam sendo realizados na Instituição.

Em relação a atendimentos aos pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS), podemos destacar a representatividade da Santa Casa de Maceió em todas as áreas. **Na Oncologia**, por exemplo, tivemos **3.545 internações** – clínicas e cirúrgicas –, com valores aprovados, pelo SUS (Tábuas/Data-sus) de **R\$ 12,0 milhões de reais**, correspondendo a **79,6% dos valores aprovados pelas internações oncológicas em Maceió e 52,4% das que aconteceram em Alagoas. A Santa Casa de Misericórdia de Maceió foi a 35ª instituição hospitalar – em valores aprovados pelo SUS –, dentre os 2.769 hospitais que internaram algum paciente oncológico pelo SUS, no ano de 2024.** A permanência desses pacientes oncológicos – na Santa Casa de Maceió – foi de **19.199 dias, correspondendo a 58,2% do total dos leitos oncológicos ocupados em Maceió, com pacientes oncológicos, e 43,7% em Alagoas, no ano de 2024.** Os pacientes oncológicos do SUS representaram **38,3% da ocupação dos leitos do SUS** – no total das unidades da Santa Casa de Maceió –, durante o ano de 2024. Na assistência ambulatorial – **quimioterapia e radioterapia** –, a Santa Casa de Maceió teve uma produção – aprovada pelo SUS –, **em 2024, de R\$ 24,6 milhões (49,8% do total aprovado em Alagoas e 74,8% do aprovado em Maceió)** e correspondeu à

32ª Instituição com maior produção dentre os 323 Serviços que realizaram Quimioterapia e/ou Radioterapia – pelo SUS –, no Brasil, em 2024.

Na Alta Complexidade hospitalar, podemos destacar que a Santa Casa de Maceió realizou **3.397 internações, com um valor aprovado de R\$ 33,8 milhões, correspondendo a 27,4% e 51,6%, respectivamente, ao total realizado por 25 unidades hospitalares** – públicas e privadas –, em Alagoas, no ano de 2024.

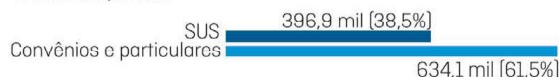
Na Alta Complexidade ambulatorial – quimioterapia e radioterapia – a produção da Santa Casa de Maceió teve um valor aprovado de R\$ 36,7 milhões, que representou 20,7% do total produzido e aprovado por 69 instituições – públicas e privadas – de Alagoas, em 2024. Quando observamos a alta complexidade hospitalar e ambulatorial, constatamos que os valores produzidos pela Santa Casa de Maceió foram de **R\$ 70,6 milhões (29,0% do total de Alagoas)** enquanto 23 instituições públicas – municipais – estaduais e federal – tiveram valores de produção de **R\$ 32,8 milhões, representando, apenas, 13,5% dos R\$ 243,4 milhões** que foram os valores totais de **76 instituições de Alagoas** que realizaram procedimentos hospitalares e/ou ambulatoriais em 2024.

Para fazer face aos atendimentos de pacientes do SUS, em internações e ambulatorial, a Santa Casa de Maceió recebeu, em 2024, **R\$ 84,777 milhões (valores da tabela SUS) e mais R\$ 40,775 milhões de incentivos e outros complementos**, enquanto os custos corresponderam a **R\$ 158,698 milhões**, obrigando a Santa Casa subsidiar o SUS com **R\$ 33,146 milhões**.

As ajudas recebidas do Senador Rodrigo Cunha, do Depurado Federal Alfredo Gaspar e dos Deputados Estaduais Cabo Bebeta, Delegado Leonam e Mesário Padilha, com emendas parlamentares, muito contribuíram para que pudéssemos superar dificuldades e continuar investindo e prestando a mesma assistência que continuamente temos prestado aos pacientes do SUS. Ao Senador e aos Deputados, queremos registrar o nosso agradecimento.

1,03 milhão

de exames, sendo:



29,7 mil

internações, sendo:



109,8 mil

pacientes-dia



A receita operacional líquida da Instituição atingiu **R\$ 537,8 milhões**, tendo apresentado um **superávit de R\$ 20,6 milhões**. O nosso Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) **foi de R\$ 56,8 milhões**. No ano de 2023 havíamos tido uma receita operacional líquida de R\$ 471,1 milhões, com um superávit de R\$ 13,4 e o Ebitda de R\$ 43,6 milhões.

Mesmo com dificuldades, investimos **R\$ 11,7 milhões** em benfeitorias, obras, bens moveis e aquisições de equipamentos. Nos dois últimos anos os nossos investimentos foram maiores: R\$ 31,0 milhões, em 2022 e R\$ 40,3 milhões, em 2023.

Ao término de mais um ano de dificuldades, mas também de grandes alegrias, queremos externar o nosso agradecimento a todos os que contribuíram para o fortalecimento e o engrandecimento da nossa Santa Casa.

Agradecimento, de modo especial, ao bom Deus – nosso sustentáculo em todas as adversidades –, a Nossa Senhora da Guia e a São Vicente de Paulo que intercedem por nós e vêm guiando os nossos caminhos; a nossa Mesa Administrativa e Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Maceió; a todos os médicos – ligados ao corpo clínico e a cooperativa (Santacoop) –, a todos os componentes das nossas equipes multiprofissionais e a todos os nossos colaboradores – desde os mais humildes até aos supervisores, coordenadores, gestores, gerentes, superintendente e diretores –, bem como aos nossos parceiros, fornecedores e dirigentes de operadoras de planos e seguros de saúde.

Por fim, um agradecimento aos gestores e dirigentes públicos, ao voluntariado da Rede Feminina de Combate ao Câncer, aos nossos clientes, aos nossos familiares e a sociedade alagoana, pelo reconhecimento da Santa Casa de Misericórdia de Maceió como um patrimônio de Alagoas.

Humberto Gomes de Melo

Provedor





Rua Barão de Maceió, 346 – CEP: 57.020-360 – Centro – Maceió – Alagoas – Brasil - Fone: +55 (82) 2123-6989 – +55 (82) 2123-6410
E-mail: joao.controladoria@santacasademaceio.com.br - CNPJ: 12.307.187/0001-50 – Inscrição Municipal: 900077230



Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2024	2023	Passivo	Nota	2024	2023
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	7	14.995	5.703	Fornecedores	13	122.114	102.714
Contas a receber de clientes	8	327.656	287.621	Empréstimos e financiamentos	14	19.425	44.987
Estoques	9	69.542	48.745	Salários e encargos sociais	15	10.668	4.852
Outros créditos	10	29.414	39.599	Obrigações sociais e tributárias	15	2.931	2.833
				Provisão de férias		11.023	11.484
				Outras contas a pagar		30.820	27.460
				Projetos e Recursos	16	15.217	20.039
Total do ativo circulante		441.607	381.668	Total do passivo circulante		212.198	214.569
Não circulante							
Depósitos judiciais	17	2.571	2.136	Empréstimos e financiamentos	14	92.550	56.729
Propriedades para investimento	11	46.406	46.211	Obrigações sociais e tributárias	15	11.791	13.247
Investimentos		58	55	Provisão para perdas com processos judiciais	17	8.897	8.519
Imobilizado	12	227.293	234.566				
Intangível	12	530	583				
Total do ativo não circulante		276.858	283.551	Total do passivo não circulante		113.238	78.495
Total do ativo		718.465	665.219	Total do passivo e patrimônio líquido		718.465	665.219

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.
Ver nota explicativa nº 6.

Humberto Gomes de Melo
Provedor
CPF: 002.704.234-00

João Jorge Lopes Lamenha Lins Junior
Contador
CRC/AL 6263

Demonstrações dos Resultados do Período
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
Receita operacional líquida	19	537.819	471.156
Custos dos serviços prestados	20	(409.917)	(390.923)
Resultado bruto		127.902	80.233
Outras receitas e despesas	21	25.479	35.188
Despesas com pessoal	22	(29.286)	(27.680)
Despesas gerais e administrativas	23	(68.289)	(46.635)
Despesas com serviços de terceiros	24	(11.834)	(9.552)
Depreciação e amortização		(5.770)	(4.731)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras		38.202	26.824
Receitas financeiras	25	4.307	4.655
Despesas financeiras	25	(21.840)	(18.031)
(Despesa) Receitas financeiras, líquidas		(17.533)	(13.376)
Superávit dos Exercícios (Períodos)		20.669	13.447

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.
Ver nota explicativa nº 6.

Humberto Gomes de Melo
Provedor
CPF: 002.704.234-00

João Jorge Lopes Lamenha Lins Junior
Contador
CRC/AL 6263

Demonstrações de resultados abrangentes
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	2024	2023
Superávit dos Exercícios (Períodos)	20.669	13.447
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-
Resultado abrangente total	20.669	13.447

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Humberto Gomes de Melo
Provedor
CPF: 002.704.234-00

João Jorge Lopes Lamenha Lins Junior
Contador
CRC/AL 6263

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	Nota	Patrimônio Social	Ajustes de avaliação patrimonial	Superávit do exercício	Total
Saldos em 1º de Janeiro de 2023					
		740.840	109.708	19.307	869.855
Incorporação do déficit do exercício anterior	18	19.307	-	(19.307)	-
Realização das doações e subvenções		-	-	-	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial		6.414	(6.471)	-	(57)
Superávit do exercício ajustado		-	-	13.447	13.447
Saldos em 31 de dezembro de 2023		766.561	103.237	13.447	883.245
Saldos em 31 de dezembro de 2024					
		718.465	103.238	13.447	835.150

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.
Ver nota explicativa nº 6.

Humberto Gomes de Melo
Provedor

João Jorge Lopes Lamenha Lins Junior
Contador

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais	20.669	13.447
Superávit dos Exercícios (Períodos)	20.669	13.447
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	18.616	16.774
Provisão para perdas com processos judiciais, líquido	1.183	62
Provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber, líquido	63.339	42.854
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	19.084	14.304
Perdas por redução ao valor recuperável dos estoques	562	770
Provisão para perdas fiscais previdenciárias	843	74
Doação ativo imobilizado	-	-
Resultado na venda/baixa de ativo imobilizado	577	150
Superávit do exercício ajustado	124.373	89.435
Variações em:		
Contas a receber de clientes	(103.374)	(76.515)
Estoques	(21.358)	(1.721)
Outros créditos	10.185	(5.823)
Depósitos judiciais	(436)	(578)
Fornecedores	19.400	13.072
Salários e encargos sociais	5.816	(1.421)
Obrigações fiscais e sociais	(1.709)	(2.552)
Provisão de férias	(962)	(16)
Projetos e recursos	(4.822)	16.186
Provisão para perdas com processos judiciais	(805)	(826)
Outras contas a pagar	3.359	8.960
Caixa gerado nas operações	30.176	38.181
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	30.176	38.181
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(11.861)	(43.699)
Adições a investimentos	(198)	3.496
Aquisições de imobilizado e intangível	(11.663)	(47.195)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(12.061)	(43.699)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(8.225)	4.490
Captações de empréstimos e financiamentos líquido	(8.225)	4.490
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	(8.225)	4.490
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	9.202	2.468
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	5.703	3.234
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	14.995	5.703

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.
Ver nota explicativa nº 6.

Humberto Gomes de Melo
Provedor
CPF: 002.704.234-00

João Jorge Lopes Lamenha Lins Junior
Contador
CRC/AL 6263

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Imunidade da Santa Casa de Misericórdia de Maceió ("Entidade") com sede à Rua Barão de Maceió, nº 346, Centro, município de Maceió, Estado de Alagoas é uma entidade sem fins lucrativos, fundada em 1851, tendo como missão a realização de serviços hospitalares e assistenciais direcionados a toda a comunidade. Foi registrada como entidade beneficiária no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), sendo reconhecida como entidade de utilidade pública pelo Decreto Federal nº 51.712, de 15 de fevereiro de 1963, e pela Lei Estadual nº 2.912, de 22 de julho de 1968.

A Administração da Entidade, conforme estabelecido em seu estatuto, é de responsabilidade de uma Mesa Administrativa formada pelo provedor, vice provedor, 1º e 2º secretários e outros sete membros, sendo um deles obrigatoriamente indicado e representante do Arcebispo Metropolitano, que tem como principais atribuições cumprir e fazer cumprir o estatuto, os regulamentos e todas as deliberações tomadas, além de gerir a Entidade e administrar o seu patrimônio.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação, a Entidade adota a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/09 que altera artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos a elaboração e divulgação das demonstrações contábeis.

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, atendendo às Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.374/2011 (NBC TG) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil - Financeiro e a Resolução CFC nº 1.409/2012 (ITG 2002) - Entidades Sem Finalidade de Lucros, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, registros dos componentes e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros.

A autorização para emissão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Provedor da Entidade em 01 de abril de 2025.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contábeis da Entidade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e pressupostos são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na seguinte nota explicativa:

• Nota explicativa nº 11 - Classificação de propriedades para investimento.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 17 - Reconhecimento e mensuração de provisões para perdas em processos judiciais:** principais provisões sobre a probabilidade e magnitude das perdas de recursos.
- **Nota explicativa nº 8 - Reconhecimento e mensuração de provisões para redução ao valor recuperável das contas a receber de clientes.**

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando de outra forma mencionado.

6 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente na preparação das demonstrações financeiras para os exercícios de 2024 e 2023.

a. Resultado operacional

(i) Receitas com prestações de serviços hospitalares

A receita com prestações de serviços hospitalares é reconhecida no resultado com base no regime de competência.

As glosas médicas hospitalares são registradas como redução das receitas com prestação de serviços hospitalares quando todos os esforços de cobrança tiverem sido esgotados.

(ii) Receita de aluguel de propriedades para investimento

A receita de aluguel de propriedades para investimento é reconhecida no resultado como outras receitas pelo método linear durante o prazo do arrendamento.

(iii) Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas são apurados em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

b. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente receitas com descontos obtidos sobre comercialização de OPME (Orteses Próteses e Materiais Especiais) e rendimentos sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e juros passivos diversos.

As receitas e despesas de juros são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

c. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Entidade pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconhecidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data e suas variações contabilizadas no resultado do exercício.

d. Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesa conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob participação nos lucros de curto prazo de acordo com a convenção coletiva se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

e. Imposto de renda e contribuição social

A Santa Casa de Maceió é uma entidade isenta do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (Lei nº 9.532/97, art. 15 § 1º), por ser uma instituição com fins lucrativos que presta serviços sociais autônomos para os quais foi instituída. Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não distribuirá qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título; aplicarem integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais; manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão, conforme art. 14 do CTN.



Publicidade



Rua Barão de Maceió, 346 – CEP: 57.020-360 – Centro – Maceió – Alagoas – Brasil - Fone: +55 (82) 2123-6989 – +55 (82) 2123-6410
E-mail: joao.controladoria@santacasademaceio.com.br - CNPJ: 12.307.187/0001-50 – Inscrição Municipal: 900077230



Estará fora do alcance da tributação somente o resultado relacionado com as finalidades essenciais das entidades sem fins lucrativos. Assim, os rendimentos e os ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa e variável não são abrangidos pela isenção (Lei nº 9.532/97, art. 12 § 2º e art. 15 § 2º).

f. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor de reposição. O custo dos estoques é baseado no princípio primeiro-entrar-primeiro-a-sair (PEPS) e inclui os gastos incorridos em transporte, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado.

g. Propriedades para investimento

São propriedades mantidas para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de serviços ou para propósitos administrativos.

Custo inclui despesas que são diretamente atribuíveis a aquisição de uma propriedade para investimento. O custo da propriedade para investimento construída pelo proprietário inclui os custos de material e mão de obra direta, qualquer custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito e os juros capitalizados dos empréstimos, quando aplicável.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido e o valor contábil) são reconhecidos no resultado do exercício.

Quando uma propriedade para investimento previamente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados.

Quando a utilização da propriedade muda de tal forma que ela é reclassificada como imobilizado, seu valor justo apurado na data da reclassificação se torna seu custo para a contabilização subsequente.

h. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, acrescido das reavaliações ocorridas subsequentemente, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment). No exercício de 2016 foi realizado a avaliação patrimonial dos bens móveis e em 2017 nos bens móveis tendo como contrapartida a conta "Ajuste de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido, líquido dos efeitos fiscais futuros.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelas taxas fiscais determinadas para cada componente e ou pela determinação do tempo da vida útil remanescente do bem, e que não diferem das taxas de depreciação aceitas pela legislação tributária. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, da data em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

	4	%
Edificações e benfeitorias	4	100
Máquinas e equipamentos	4	100
Móveis e utensílios	4	100
Equipamentos de informática	6,67	100
Veículos	19	100

(iv) Imobilizado em curso

Apresentado pelo valor bruto e incluem todos os gastos relacionados na fase de formação do ativo imobilizado até a sua efetiva entrada em operação. As obras em andamento não são depreciadas.

i. Intangível

Correspondem aos direitos de uso de softwares adquiridos destinados à manutenção das atividades da Entidade ou exercidos com essa finalidade. Tais ativos intangíveis possuem vida útil finita mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, se aplicável, e são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada de 5 anos.

j. Instrumentos financeiros

A Entidade classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: empréstimos e recebíveis.

A Entidade classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - Reconhecimento e desreconhecimento

A Entidade reconhece os empréstimos e recebíveis na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação.

A Entidade desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Entidade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Entidade em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Entidade desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é refinada, cancelada ou expira.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Entidade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos - Mensuração

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, deduzidos para provisão para redução ao valor de realização, quando aplicável.

Caixa e equivalentes de caixa

Das demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos positivos em bancos cont movimento e aplicações financeiras que possuem liquidez imediata, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

(iii) Passivos financeiros não derivativos - Mensuração

Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Outros passivos financeiros

Outros passivos financeiros abrangem passivos circulantes e não circulantes, os quais são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

(iv) Instrumentos financeiros derivativos

A Entidade não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

k. Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Entidade, que não os estoques, devem ser revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo deve ser estimado.

Não foram identificados indicativos de que os ativos financeiros tenham sofrido perda em seu valor recuperável.

l. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou contratada que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

(i) Provisão para perda com processos judiciais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e consideram premissas definidas pela Administração da Entidade e seus assessores jurídicos.

Passivos contingentes

Decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal das atividades, movidos por terceiros, em ações trabalhistas, cíveis e fiscais. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores jurídicos e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são divulgadas como: prováveis, para as quais são constituídas provisões, possíveis, divulgadas sem que sejam provisionadas, e remotas, que não requerem provisão e divulgação. O total das contingências é quantificado utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.

Os depósitos judiciais em garantia, quando existentes, são atualizados monetariamente de acordo com os índices oficiais.

iii. Recitas com trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, a Irmandade valoriza as recitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da Administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Irmandade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As recitas com trabalhos voluntários vêm sendo reconhecidas e divulgadas pela Entidade.

Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Caixa e bancos	118	350
Aplicações financeiras	14.877	5.344
	14.995	5.704

As aplicações financeiras referem-se a fundos de renda fixa, remunerados mensalmente a taxas de mercado que variam de 0,53% a 0,60% acima do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), tendo como contraparte bancos classificados com alto rating. As aplicações registradas no circulante possuem liquidez imediata ou são resgatáveis no prazo de até 90 dias.

Informações sobre a exposição da Entidade a riscos de crédito e de mercado estão incluídas na Nota explicativa nº 28.

8 Contas a receber de clientes

	2024	2023
Carrinhos	349.226	281.575
Sistema Único de Saúde – SUS	151.780	125.209
Pessoa jurídica	19.099	19.049
Particulares	22.076	18.687
Outros	5.775	3.784
	540.466	448.304
(c) Provisão para redução ao valor recuperável	(221.800)	(160.683)
	328.666	287.621

Em função das características da atividade hospitalar, mais propriamente relacionadas aos trâmites de faturamento/recebimento junto ao SUS e convênios, a Entidade tem como prática o registro de provisão para redução ao valor recuperável das contas a receber em geral vencidas há mais de 360 dias, exceto alguns casos pontuais onde o registro é efetuado de forma antecipada, conforme política contábil da Entidade. A Administração entende que mantém provisão um montante suficiente para cobrir as partes esperadas, com base em estimativas de seus prováveis valores de realização, baixados os valores prescritos, incorríveis e anistiados.

Demonstramos a seguir a movimentação anual da provisão para redução ao valor recuperável:

	2024	2023
Saldo inicial	(160.683)	(117.903)
Adições	(67.938)	(53.379)
Baixas	2.751	19
Reversões	4.770	10.580
Saldo final	(221.800)	(160.683)

A abertura do saldo de contas a receber de clientes por idade de vencimento está assim demonstrada:

	2024	2023
A vencer	197.371	160.610
Vencidos até 90 dias	53.511	44.586
Vencidos entre 90 e 180 dias	20.775	25.852
Vencidos entre 180 e 360 dias	56.499	22.753
Vencidos há mais de 360 dias	221.800	160.683
	549.456	448.304

Certos recebíveis que compõe o contas a receber de clientes da Entidade em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram dados em garantia de empréstimos e financiamentos contratados. Ver nota explicativa nº 14.

A exposição da Entidade ao risco de crédito está incluída na Nota explicativa nº 28.

9 Estoques

	2024	2023
OPME Consignado	46.700	29.089
Adiantamento a fornecedores	17.241	14.701
OPME Comprada	2.753	2.702
Material de expediente e manutenção	1.668	1.371
Outros	929	970
Produtos alimentícios	362	284
Medicamentos Consignados	74	2
Outros	12	120
	69.542	48.745

Desde o exercício de 2021, a instituição passou a efetuar o controle dos estoques de terceiros, nosm denominados (Ótios e Próteses de Matrizes Especiais "OPME Consignado" e Medicamentos Consignado).

A Entidade não tem como prática a constatação de provisão para o valor recuperável para os itens do estoque aviatados, vencidos e ou obsoletos, os quais são reconhecidos dentro no resultado do exercício, quando aplicável. Em 2024, o montante apurado dessas baixas montou em R\$ 1.841 (R\$ 1.950 em 2023).

Não havia estoques dados em garantia de dívidas em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

10 Outros créditos

	2024	2023
Empréstimos de material médico a outros unidades hospitalares	9.190	6.737
Adiantamento a fornecedores	5.384	5.397
Adiantamento a funcionários	4.772	3.827
OPME (c)	3.610	3.719
Importação em aduana	3.327	3.343
Subvenções a receber (b)	1.065	13.237
Aluguéis residenciais e comerciais	267	387
Despesas antecipadas	166	158
Tributos e encargos a recuperar/compensar (c)	85	66
Outros	1.340	748
	26.414	39.599
Circulante	29.414	39.599
Não Circulante	-	-

(a) Referem-se aos valores a receber das margens de comercialização e taxas de armazenamento de produtos OPME (Ótios e Próteses e Matrizes Especiais) de entidades parceiras.

(b) Subvenções governamentais a receber conforme publicações:

(i) Convênio nº 937064/2022

Publicado no Diário Oficial da União em 06 de janeiro de 2023, dispõe sobre o valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2022 o valor de R\$ 600, com o objetivo de aquisição de equipamento e material permanente para atenção especializada em saúde.

Portaria 829

Publicada no Diário Oficial da União em 13 de julho de 2023, estabelece recurso financeiro do bloco de manutenção das ações e serviços públicos de saúde - grupo de atenção especializada, a ser incorporado ao limite financeiro de média e alta complexidade (MAC) do Estado de Alagoas e Municípios.

(iii) Auxílio a enfermagem

Portaria 2.011 publicada no Diário Oficial da União em 29 de novembro de 2023, dispõe sobre os valores referentes à soma parcelada do exercício de 2023, de que trata o Título IX-A da portaria de consolidação GM/MS nº 4, de 28 de setembro de 2017, relativos ao repasse da assistência financeira complementar; Portaria 2.011 publicada no Diário Oficial da União em 29 de novembro de 2022, dispõe sobre os valores referentes à parcela do mês de dezembro de 2023, e que trata o Título IX-A da portaria de consolidação GM/MS nº 4, de 28 de setembro de 2017, relativos ao repasse da assistência financeira complementar referente ao exercício de 2023.

As subvenções podem ser assim demonstradas:

	Conv. 937064	Portaria 829	Auxílio a Enfermagem	Total
Em 01 de janeiro 2023				
A receber	600	20.209	9.786	30.595
Recebido	(480)	(9.409)	(7.469)	(17.358)
Em 31 de dezembro de 2023	120	10.800	2.317	13.237
A receber	-	-	11.495	11.495
Recebido	-	-	(12.867)	(12.867)
Reversão	-	(10.800)	-	(10.800)
Em 31 de dezembro de 2024	120	-	945	1.065

(c) Referem-se a pagamentos a Receita Federal do Brasil, devido a pedido de parcelamento da Lei nº 13.496 de 2017, referente ao PERE (Programa Especial de Regularização Tributária). Em 06 de setembro de 2023 houve a revisão e conclusão da solicitação do parcelamento.

11 Propriedades para investimento

As propriedades para investimento estão representadas por imóveis alugados mantidos pela Entidade sob arrendamento operacional. Cada arrendamento tem período de vigência próprio e com o valor anual do aluguel indexado a índices de preços ao consumidor.

	2024	2023
Imóveis e Terrenos Alugados	42.152	42.307
Aquisição de Imóveis (a)	4.254	3.904
	46.406	46.211

(a) Em agosto de 2024, houve aquisição de imóveis R\$ 350, localizada na Rua Pedro Monteiro, nº 461, Centro.

12 Imobilizado

	2024	2023		
Em serviço	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	36.162	-	36.162	36.162
Edificações e benfeitorias	159.870	(37.259)	122.611	100.283
Máquinas e equipamentos	105.192	(56.044)	49.158	53.109
Móveis e utensílios	14.488	(7.628)	6.860	7.034
Equipamentos de informática	15.447	(11.040)	4.407	4.443
Veículos	461	(431)	30	45
Instrumentos médicos e ortopédicos	6	(5)	1	1
Em curso	6.785	-	6.785	27.826
Incorporações em curso	2.275	-	2.275	5.644
	340.586	(113.293)	227.293	234.566

O ativo imobilizado está integralmente localizado no Brasil e é empregado exclusivamente nas operações da Entidade. A Administração entende que tal ativo imobilizado é plenamente recuperável por meio do fluxo de caixa das operações futuras.

Não havia ativos imobilizados dados em garantia de dívidas em 31 de dezembro de 2024 e 2023.



Publicidade



Rua Barão de Maceió, 346 – CEP: 57.020-360 – Centro – Maceió – Alagoas – Brasil - Fone: +55 (82) 2123-6989 – +55 (82) 2123-6410 E-mail: joao.controladoria@santacasademaceio.com.br - CNPJ: 12.307.187/0001-50 – Inscrição Municipal: 900077230



25 Receitas e despesas financeiras

Table with columns for 2024 and 2023, listing various financial items like Descontos obtidos sobre contas a pagar de OPME, Receitas de aplicação financeira, etc.

26 Imunidade tributária

A Lei Complementar nº 187 de 16 de dezembro de 2021, sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, dispõe que:

Art. 3º... § 1º Será considerado tempestivo o requerimento de renovação da certificação protocolado no decorrer dos 90 (noventa e sessenta) dias que antecedem a data final de validade da certificação.

§ 2º A certificação da entidade permanecerá válida até a data da decisão administrativa definitiva sobre o requerimento de renovação tempestivamente apresentado.

Art. 38. A validade da certificação como entidade beneficente condiciona-se a manutenção do cumprimento das condições que a ensejaram, inclusive as previstas no art. 3º desta Lei Complementar, cabendo às autoridades executivas certificadoras supervisionar esse atendimento, ao qual poderão, a qualquer tempo, determinar a apresentação de documentos, a realização de auditorias ou o cumprimento de diligências.

Com base na legislação supracitada, a comprovação da validade da certificação dar-se-á mediante apresentação do comprovante do protocolo do requerimento de renovação da Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS), constante do Processo nº 25000.125650/2024-10, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, conforme Portaria nº 829, de 16 de novembro de 2022, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Santa Casa de Misericórdia de Maceió, CNPJ nº 12.307.187/0001-50, com sede em Maceió (AL).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 26 de setembro de 2024 a 25 de setembro de 2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Em 14 de agosto de 2024, foi solicitado o pedido de renovação da certificação, conforme protocolo nº 25000.120630/2024-14

A imunidade usufruída pela Entidade no ano de 2024 foi de R\$ 49.711 (R\$ 44.997 em 2023), conforme detalhado abaixo:

Table with columns for 2024 and 2023, showing Cota Patroal INSS, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), and Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSL).

27 Manutenção do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na Área da Saúde para com o Ministério da Saúde (CEBAS-SAÚDE)

Em atendimento à Lei Complementar nº 187 de 16 de dezembro de 2021, da prestação de Serviços ao Sistema Único de Saúde – SUS, dispõe que:

Art. 9º Para ser certificada pela prestação de serviços ao SUS, a entidade de saúde deverá, nos termos de regulamentação:

I - Celebrar contrato, convênio ou instrumento congêneros com o gestor do SUS;

II - Comprovar, anualmente, a prestação de seus serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), com base nas informações e nos atendimentos ambulatoriais realizados.

§ 1º A prestação de serviços ao SUS de que trata o inciso II do caput deste artigo será apurada por cálculo percentual simples, com base no total de internações hospitalares, medidas por pontos por dia, incluindo usuários do SUS e não usuários do SUS, e no total de atendimentos ambulatoriais, medidas por número de atendimentos e procedimentos. As usuários do SUS e de não usuários do SUS, com a possibilidade da incorporação do componente ambulatorial do SUS, nos termos de regulamentação.

§ 2º Para fins do disposto no inciso II do caput deste artigo, a entidade de saúde que aderir a programas e a estratégias prioritárias definidas pela autoridade executiva federal competente fará jus a índice percentual que será adicionado ao total de prestação de seus serviços ofertados ao SUS, observado o limite máximo de 10% (dez por cento).

§ 3º A entidade de saúde que preste serviços exclusivamente no âmbito ambulatorial deverá observar o disposto nos incisos I e II do caput deste artigo e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento).

Art. 11. Para os requerimentos de renovação da certificação, caso a entidade de saúde não cumpra o disposto no inciso II do caput do art. 9º desta Lei Complementar, no exercício fiscal anterior ao exercício do requerimento, será avaliado o cumprimento do requisito com base na média da prestação de serviços ao SUS de que trata o referido dispositivo, atendida pela entidade, durante todo o período de certificação em curso, que deverá ser de, no mínimo, 60% (sessenta por cento).

Parágrafo único. Para fins do disposto no caput deste artigo, apenas será admitida a avaliação caso a entidade tenha cumprido, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da prestação de serviços ao SUS de que trata o inciso II do caput do art. 9º desta Lei Complementar em cada um dos anos do período de certificação.

Composição do cálculo do percentual de serviços prestados aos pacientes do SUS:

Table with columns for CENS, 2023, 2024, and 2023, showing patient counts for SUS and non-SUS, and total patient days.

Table showing production of ambulatory services (Produção ambulatorial - SUS, Não SUS) for 2024 and 2023.

Percentual adicionado em decorrência das ações prioritárias desenvolvidas pela Entidade:

Table showing additional percentage for priority actions: Atenção odontológica (1.50%), Atenção oftalmológica (1.50%), Hospital de dia (1.50%), Urgência/Emergência (1.50%), Total (6.00%).

Resumo da oferta de prestação de serviços ao SUS:

Table showing summary of service offer: Internação SUS (45.45%), Ambulatorial SUS (48.00%), Serviços por serviços específicos (6.00%), Total de atendimento SUS (99.45%).

Para realizar estes cálculos é necessário somar a produção da Matriz com a filial, conforme tabela abaixo:

Table with columns for Classificação, CNPJ, CNEB, Nome fantasia, and Endereço, listing Santa Casa de Misericórdia de Maceió and Hospital Nossa Senhora da Graça.

Para comprovar a utilização das ações de 1,50% por serviço, destacamos as habilitações "CNEB" compatibilizadas das respectivas prestações dos serviços e a respectiva portaria classificando a Entidade como hospital de ensino:

Table with columns for Classificação, Nº da habilitação, Descrição, and Vigência, listing various habilitations for Santa Casa de Misericórdia de Maceió.

A Entidade protocolou, em 16 de janeiro de 2024, ofício com o gestor local do SUS - Secretaria Municipal de Saúde de Maceió, ofertando o percentual mínimo de 60% dos seus leitos para serem utilizados pelos pacientes oncológicos do Sistema Único de Saúde (SUS).

Deficit com o SUS

Table with columns for Receita Total, Custo Total, Resultado, and % de Receita no Custo total, showing a deficit of R\$ 158,698.

Ponto de equilíbrio: 158.698 87% Incremento na tabela do SUS, eliminando os incentivos; 117.931 50% Incremento na tabela do SUS, mantendo os incentivos

28 Instrumentos financeiros

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis, e metodologias de valorização apropriadas para cada situação. Entretanto, algum julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas aqui apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderiam ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderá ter um efeito relevante no montante do valor de mercado.

a. Classificação dos instrumentos financeiros

As transações financeiras existentes envolvem ativos e passivos usuais e pertinentes à sua atividade econômica, particularmente aplicações financeiras com vencimentos a curto prazo e empréstimos e financiamentos. Essas transações são apresentadas no balanço pelo seu valor justo, acrescidas das respectivas provisões para receitas e despesas que, tendo em vista a natureza das transações e os seus períodos de vencimento, se aproximam dos valores de mercado, conforme segue:

Table for 2024 showing Emprestimos e recebíveis mensurados pelo custo amortizado and Outros passivos mensurados pelo custo amortizado.

Table for 2023 showing Emprestimos e recebíveis mensurados pelo custo amortizado and Outros passivos mensurados pelo custo amortizado.

b. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Entidade possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito; Risco de liquidez; e Risco de mercado.

Valor contábil versus valor justo

Para todos as operações envolvendo instrumentos financeiros ativos e passivos, a Administração considera que o valor justo equivale ao valor contábil, uma vez que para essas operações o valor contábil se aproxima do valor de realização/liquidação naquela data. As operações de empréstimos e financiamentos referem-se basicamente a captações que predominantemente estão indexadas a taxas pré-fixadas, assim, na hipótese da aplicação da metodologia de apuração de valor justo, o valor apurado não refletiria o valor de repasse daquela operação naquela data, uma vez que a taxa de despesa seria muito superior à taxa de correção. Desta forma, a Administração entende que os valores reconhecidos contabilmente refletiriam o dividendo efetivo em caso de uma eventual liquidação naquela data.

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Entidade caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Entidade de clientes. Este risco está, principalmente, associado ao não recebimento das contas a receber com convênios e Entidades de assistência médica privada, já as contas correntes bancárias e aplicações financeiras são mantidas em instituições financeiras consideradas pela Administração como de alto rating.

A exposição da Entidade ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada convênio. Analisando a carteira de recebíveis, não há concentração de risco de crédito e de negócio.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras é a seguinte:

Table with columns for 2024 and 2023, showing Caixa e equivalente de caixa, Contas a receber de clientes, and Outros créditos.

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na Administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas incalculáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade. A gestão de fluxo de caixa da Entidade é acompanhada diariamente e tem um planejamento rigoroso mensal e anual.

A Entidade exerce uma gestão financeira conservadora na consideração de risco de liquidez, não assume dívidas para obter crescimento, e os investimentos são realizados com capital próprio e proveniente da geração de caixa da própria operação mercantil.

Table with columns for Menses de um ano and Ativa de um ano, showing financial data for December 2024 and January 2025.

(iii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros, têm nos ganhos da Entidade. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e o mesmo tem perfeitado o retorno.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Entidade sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando a mitigação desse tipo de risco, a Entidade efetua captação de recursos utilizando taxas perfiladas.

Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras. Esse risco é mitigado uma vez que a Entidade não possui operações relevantes em moeda estrangeira.

Análise de sensibilidade

Análise de sensibilidade aos riscos de mercado da Entidade estão ligadas à variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). Entretanto, estas operações não representam valores significativos em caso de oscilações no curto e médio prazo.

Por não estar exposta significativamente aos riscos de taxa de câmbio e risco de taxa de juros nas suas operações passivas, a Entidade entende ser desnecessário a apresentação de uma análise de sensibilidade.

29 Arrendamentos mercantis operacionais

a. Arrendamentos como arrendador

A Entidade realizou suas operações para investimento mantidas sob arrendamentos operacionais (ver nota explicativa nº 11). Em 31 de dezembro de 2024, os pagamentos mínimos futuros sob arrendamentos não canceláveis entre um e cinco anos é de R\$ 13.560 (R\$ 12.306 em 31 de dezembro de 2023).

Durante o exercício de 2024, um montante de R\$ 2.678 foi reconhecido como receita de aluguel no resultado da Entidade (R\$ 2.155 em 2023).

30 Transações com partes relacionadas

A Administração identifica como partes relacionadas os membros da Mesa Administrativa e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 5 (R1). Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não havia saldos em aberto na base das demonstrações financeiras provenientes de transações ativas e/ou passivas com partes relacionadas, bem como transações durante os exercícios que tenham efeito sobre o resultado.

a. Remuneração de pessoal-chave da Administração

Contemplam os membros da Mesa Administrativa o provedor, vice-provedor, 1º e 2º secretários e sete membros da Mesa Administrativa, cabendo a estes a competência pela definição de remuneração e benefícios da Diretoria Executiva. A seguir, quando demonstrativo com valores acumulados de remuneração anual do pessoal-chave da Administração.

Table with columns for 2024 and 2023, showing Remuneração and Benefícios for key personnel.

Trabalho Voluntário

Table with columns for 2024 and 2023, showing Remuneração for voluntary work.

b. Empréstimos para diretores

A Entidade não concede empréstimos para diretores e a outros dirigentes.

Maceió, AL 31 de dezembro de 2024.

Humberto Gomes de Melo, Provador, CPF: 002.704.234-00

Jólio Jorge Lopes Lameinha Lins Junior, Contador, CRC/AL 6.265



Caso Giuliana Omena: defesa de empresário contesta acusações

Em vídeo publicado nessa sexta-feira (25), advogado Napoleão Júnior contesta acusações contra cliente

DA REDAÇÃO

Após acusação pública da empresária Giuliana Omena contra o ex-marido, Igor Santana, por violência física, psicológica e patrimonial, a defesa dele se manifestou. Em vídeo divulgado nessa sexta-feira (25), o advogado Napoleão Júnior afirmou que Igor é alvo de mentiras.

O advogado apresentou imagens

que mostram Giuliana puxando Igor pela camisa e o jogando contra a parede, sem reação dele. "Isso condiz com o comportamento de um agressor?", questionou Napoleão. Ele também rebateu a alegação de que a empresária deixou o Brasil por medo do ex-marido, afirmando que o pai dela reside em Boston, cidade que ela já frequentava.

Sobre as denúncias de controle financeiro, Napoleão exibiu

extratos que apontam gastos de mais de R\$ 77 mil em 11 meses, sendo R\$ 18 mil em iFood e R\$ 4 mil em salão de beleza. Ele alegou que Giuliana sempre teve acesso às contas da loja, por meio de um grupo de WhatsApp.

A defesa criticou ainda a tentativa de ampliar a medida protetiva para incluir uma casa em São Miguel dos Milagres, negada pela Justiça.

A Polícia Civil de Alagoas investiga as denúncias feitas por Giuliana, que afirma ter vivido um relacionamento abusivo durante 16 anos. Segundo a delegada Ana Luiza Nogueira, a oitiva da empresária será realizada agora que ela retornou ao Brasil.

Nas redes sociais, Giuliana relatou que só reconheceu outras formas de violência ao longo do relacionamento. A advogada Amanda

Montenegro, que representa a empresária, afirmou que Igor controlava recursos da loja, impedindo Giuliana de acessar contas e realizar retiradas.

Giuliana também narrou episódios de humilhação e agressividade, incluindo um incidente em dezembro de 2024, quando o ex-marido teria quebrado seu escritório na frente de clientes e funcionários.



Rua Barão de Maceió, 346 – CEP: 57.020-360 – Centro – Maceió – Alagoas – Brasil - Fone: +55 (82) 2123-6989 – +55 (82) 2123-6410
E-mail: joao.controladoria@santacasademaceio.com.br - CNPJ: 12.307.187/0001-50 – Inscrição Municipal: 900077230



SANTA CASA DE MISERICORDIA DE MACEIO
CNPJ: 12.307.187/0001-50
"RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS"

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da SANTA CASA DE MISERICORDIA DE MACEIO, que compreendem o balanço patrimonial e a financeira da Entidade, em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido, dos resultados abrangentes e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas no seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo - SP, 01 de abril de 2025.

AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS
CRC/SP 25P "S" - AL 024298/O-3

Ivan Roberto dos Santos Pinto Júnior
Contador - CRC/RS "S" - AL- 058.252/O-1
CVM: Ato Declaratório Nº 7710/04

Geraldo Nonato Severino
Contador
CRC/SP "S" - AL 163.191/O-2

NOSSOS ESCRITÓRIOS

São Paulo
Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar
Conj. 108/109 - Alphaville
11 3661-9933
soopaulo@grupoudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO

Recife
recife@grupoudisa.com.br
Rio de Janeiro
riodejaneiro@grupoudisa.com.br

Porto Alegre
portoalegre@grupoudisa.com.br

Clicksign 5ab6e567-0747-4694-9b3b-21b4ec08861c

Clicksign

Dados e horários em GMT -03:00 Brasília
Lig. gerada em 02 de abril de 2025. Versão: v1.0.0.

Relatório do Auditor Independente -2024 - SCM.pdf

Documento número 5ab6e567-0747-4694-9b3b-21b4ec08861c
Hash do documento original (SHA256): 03b320c0e464947867649033871ea55b1b48b1ea8181ee9874d0506cae0b24

Assinaturas

1 assinatura digital e 1 assinatura eletrônica

GERALDO NONATO SEVERINO

CPF: 065.823.178-22

Assinou em 02 abr 2025 às 09:51:47

Emitido por AC Instituto Fenacon RFB G3 - com Certificado Digital ICP-Brasil válido até 18 Jul 2025

IVAN ROBERTO DOS SANTOS PINTO JÚNIOR

CPF: 566.878.500-91

Assinou em 02 abr 2025 às 11:03:57

Log

- 02 abr 2025, 09:49:18: Operador com email geraldo.nonato@grupoudisa.com.br na Conta CF32218-6:82-4ce2-869f-19e92349863 criou esse documento: número 5ab6e567-0747-4694-9b3b-21b4ec08861c. Data limite para assinatura do documento: 02 de maio de 2025 (09:48). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
- 02 abr 2025, 09:51:09: Operador com email geraldo.nonato@grupoudisa.com.br na Conta CF32218-6:82-4ce2-869f-19e92349863 adicionou a Lista de Assinaturas: geraldo.nonato@grupoudisa.com.br para assinar, via E-mail.
Pontos de autenticação: Certificado Digital; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados Informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo GERALDO NONATO SEVERINO.
- 02 abr 2025, 09:51:09: Operador com email geraldo.nonato@grupoudisa.com.br na Conta CF32218-6:82-4ce2-869f-19e92349863 adicionou a Lista de Assinaturas: ivan.pinto@audisaauditores.com.br para assinar, via E-mail.
Pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados Informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo IVAN ROBERTO DOS SANTOS PINTO JÚNIOR.
- 02 abr 2025, 09:51:47: GERALDO NONATO SEVERINO assinou. Pontos de autenticação: certificado digital, tipo A1 e-CPF. CPF informado: 065.823.178-22; IP: 186.200.47.86. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -23.5547581853439 e longitude -46.4473630634509. URL para abrir a publicação no Inapp: https://app.inapp.com/signatario. Componente de assinatura versão 1.1168.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com.
- 02 abr 2025, 11:03:57: IVAN ROBERTO DOS SANTOS PINTO JÚNIOR assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail ivan.pinto@audisaauditores.com.br. CPF informado: 566.878.500-91. IP: 45.174.238.209. Componente de assinatura versão 1.1168.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com.
- 02 abr 2025, 11:04:00: Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número: 5ab6e567-0747-4694-9b3b-21b4ec08861c.

ICP-Brasil Documento assinado com validade jurídica.
Para conferir a validade, acesse <https://www.clicksign.com/validador> e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.
As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº 5ab6e567-0747-4694-9b3b-21b4ec08861c, os seus efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em www.clicksign.com.

Clicksign

5ab6e567-0747-4694-9b3b-21b4ec08861c

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

[f /audisa.consultores](https://www.facebook.com/audisa.consultores)
[@grupoudisa](https://www.instagram.com/grupoudisa)
[in /company/grupoudisa](https://www.linkedin.com/company/grupoudisa)
[PORTALAUDISA.COM.BR](https://www.portalaudisa.com.br)



Assinado Digitalmente por: GAZETA DE ALAGOAS LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL:12503801000159 - Em: 26/04/2025
Certificado emitido por: CN=AC Instituto Fenacon RFB G3, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil,
Acesse: <https://publicidadelegal.gazetadealagoas.com.br/validador-iti> caso deseje validar a assinatura!

5449 SANTA CASA DE MISERICORDIA DE MACEIO.pdf

Código do documento: 5449



Assinado por:



GAZETA DE ALAGOAS LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL:12503801000159
Certificado Digital
E-mail: atendimentogazeta@gazetaweb.com

Registro de Eventos:

26 abr 2025, 00:01:00 - UPLOAD

Documento: 5449

Criado por: Macley Cabral **Email:** macleycabral@gazetaweb.com

DATE_ATOM: 2025-04-26T07:51:11-03:00

26 abr 2025, 07:51:11 - INÍCIO DO PROCESSAMENTO

Assinatura iniciada pelo Serviço de Assinaturas.

DATE_ATOM: 2025-04-26T07:51:11-03:00

26 abr 2025, 07:51:11 - ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL

GAZETA DE ALAGOAS LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL:12503801000159

E-Mail: atendimentogazeta@gazetaweb.com

Emissor do Certificado: CN=GAZETA DE ALAGOAS LTDA EM RECUPERACAO
JUDICIAL:12503801000159, OU=AC Instituto Fenacon RFB, OU=VIDEOCONFERENCIA,
OU=18301290000179, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CNPJ A1,
OU=AC Instituto Fenacon RFB G3

DATE_ATOM: 2025-04-26T07:51:11-03:00

Hash do documento original:

[SHA256]: fee435289bac6d2b11275eeb96beb38c30f601c09072610e01b8b03cd1a7ab26

[SHA512]: 270b15377cd7ac37e3d9742f043517893481155bfff598e239e84dda214317672cf781dc3fa48bc35e6a2d9fb7aee3b326a17fb29018d5015089d8a922c80bb13

Este certificado pertence única e exclusivamente aos documentos de HASH acima!

Este documento está assinado digitalmente com um certificado digital emitido por: AC Instituto Fenacon RFB G3